

CONTORNAR E CONTORCER(-SE)¹:
CONTORCIONISMOS NA OBJETIFICAÇÃO DAS MULHERES EM
CONTEXTO POLÍTICO PELOS MÉDIA PORTUGUESES

Sara Moreira

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Email: moreirasara10@gmail.com

Sara I. Magalhães

Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). Email: saraisabelmagalhaes@gmail.com

Conceição Nogueira

Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). Email: cnogueira@fpce.up.pt

Resumo: O presente artigo visa compreender e analisar as representações mediáticas das mulheres que exercem cargos políticos, auscultando os mecanismos de objetificação acionados pelos média informativos neste processo. Neste sentido, realizou-se um estudo qualitativo, de cariz exploratório, com recurso à análise temática, a partir de notícias publicadas no semanário *Expresso*, no período compreendido entre julho e dezembro de 2014. Os resultados mostram que prevalecem representações genderizadas, essencialistas e pouco inclusivas, sendo que a despersonalização surgiu como o mecanismo mais recorrente de objetificação das mulheres que exercem cargos políticos. Enquanto importantes agentes de socialização, os média informativos tendem, pois, a contribuir para a manutenção da ordem social

(androcêntrica) e a cristalização das desigualdades de género.

Palavras-chave: Género. Objetificação. Despersonalização. Média informativos. Política.

Abstract: This paper aims to understand and analyze media representations of women politicians by exploring the objectification mechanisms activated by news media. In this sense, we conducted a qualitative study, using a thematic analysis, drawing on the news published on the weekly journal *Expresso* between July and December 2014. Our findings showed that gendered, essentialist and not very inclusive representations prevail in the media, while depersonalization was the most common mechanism of objectification of women politicians. As they are important socialization agents, news media tend therefore to contribute to

the maintenance of an (androcentric) social order and to the crystallization of gender inequality.

Keywords: Gender. Objectification. Depersonalization. News media. Politics.

Introdução

Nas últimas décadas, vários estudos têm chamado a atenção para o poder que os média (informativos) adquirem nas sociedades contemporâneas, sobretudo através da construção de discursos, representações e práticas (e.g., Croteau e Hoynes, 2014). Gill (2007:113) refere que “the critical examination of news has been a central concern of media studies for decades, but it is only relatively recent that this interest has involved a sustained focus upon gender”. Em Portugal, apesar de o estudo das representações de gênero não ser recente nas ciências da comunicação (e.g., Álvares, 2007; Cerqueira, 2012; Silveirinha, 2004), a reflexão crítica sobre o modo como as mulheres com cargos políticos surgem na imprensa é ainda residual (e.g., Cabrera, Flores e Mata, 2012; Martins, 2015; Santos, Cabecinhas e Cerqueira, 2015a), o que é particularmente preocupante quando se considera o papel dos média informativos na (re)construção do gênero (van Zoonen, 1994), na

veiculação de informação de cariz político (Ross, 2003) e na (re)configuração do espaço público (Croteau e Hoynes, 2014).

No contexto nacional, a Lei da Paridade (Lei Orgânica nº. 3/2006) estabelece uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos na composição das listas para a Assembleia da República Portuguesa, o Parlamento Europeu e as Autárquicas Locais, bem como estipula que as listas não podem incluir, de forma consecutiva, mais de duas/dois candidatas/os do mesmo sexo. Porém, nem sempre uma maior participação das mulheres na política corresponde a uma mudança nas representações mediáticas: a investigação feminista tem, justamente, demonstrado que os média informativos tendem a apoiar uma mediação de gênero na cobertura de assuntos políticos (Sreberny-Mohammadi e Ross, 1996) que contribui, em última instância, para a manutenção de assimetrias sociais (Gallego, 2009).

De acordo com inúmeros estudos internacionais (e.g., Heflick e Goldenberg, 2010; Heldman e Wade, 2011), as mulheres (políticas) podem ver ser-lhes retirado poder através do processo de objetificação (Nussbaum, 1995). Ainda que reconheçamos as diferentes formas de conceptualizar este conceito, partimos dos

contributos do feminismo radical, de Andrea Dworkin (1981) e de Catharine MacKinnon (1979), para discutir neste artigo o efeito desumanizador da objetificação e as suas implicações na perpetuação de diferentes tipos de violência contra as mulheres (Heldman e Wade, 2011: 157), bem como recorremos ao trabalho de Martha Nussbaum (1995) para pensar a objetificação à luz de sete conceitos basilares (i.e., instrumentalidade, negação de autonomia, inércia, fungibilidade, violabilidade, propriedade e negação de subjetividade).

Deste modo, este artigo procura compreender e analisar as representações midiáticas das mulheres que exercem cargos políticos, auscultando os mecanismos de objetificação acionados pelos média informativos neste processo. Este estudo segue investigações semelhantes àquelas desenvolvidas no contexto estadunidense (e.g., Brown e Gardetto, 2000; Heflick e Goldenberg, 2010; Heldman e Wade, 2011) no sentido de descortinar o papel da objetificação no processo de retirada de poder a estas mulheres. Para este fim, realizou-se um estudo de caráter qualitativo, com recurso à análise temática (Braun e Clarke, 2006), a partir de uma recolha de notícias

publicadas no semanário *Expresso* durante o ano de 2014.

Mulheres, política e objetificação nos média

A objetificação é geralmente entendida como um “pejorative term, connoting a way of speaking, thinking, and acting that the speaker finds morally or socially objectionable, usually, thought not always, in the sexual realm” (Nussbaum, 1995: 249). Contudo, ainda que esta tenha sido integrada no quotidiano, o seu significado nem sempre é unânime. Se, por um lado, a objetificação é vista como uma redução do “estatuto” de ser humano enquanto indivíduo, com emoções, sentimentos e vontades próprias, em prol dos propósitos de terceiros, que o reduzem a um mero instrumento (Papadaki, 2010); por outro, existem leituras que consideram que - quando enquadrada num contexto de equidade, respeito e consentimento - a objetificação pode não ser redutora e problemática (e.g., Sustain, 1992 cit in Nussbaum, 1995).

Este conceito foi inicialmente trabalhado no quadro da Teoria da Objetificação, de Fredrickson e Roberts (1997), na qual consideram a articulação deste fenómeno com conceptualizações sobre sexualidade e atividade sexual

(moralmente consideradas e delimitadas). Historicamente, as mulheres definem-se no lugar de figura objetificada com mais frequência, parecendo estar mais vulneráveis ao escrutínio social do que os homens. A representação, sexualmente objetificada, das mulheres seria, então, reduzida a um corpo que existe para uso e prazer, nem sempre sexual, dos outros (Fredrickson e Roberts, 1997).

Como afirmam Heflick et al. (2011: 573), “é esta associação entre o valor das mulheres e sua aparência física que abre o caminho para a objetificação das mulheres”. Por conseguinte, podemos enunciar sobretudo duas principais ações objetificadoras: a focalização dos média no corpo feminino, e as interações sociais centradas no corpo das mulheres (Saguy et al., 2010). Estas ações arrastam consigo inúmeros corolários para as vivências dos seres objetificados (Heflick et al., 2011), manifestando-se, por exemplo, na existência de percepções distorcidas e redutoras sobre a aparência e a competência pessoal das mulheres (Heflick et al., 2011), as quais terão impacto nos seus comportamentos alimentares, no recurso a tecnologias de modelação da imagem corporal, assim como ao nível da alteração comportamental relacionada com

condições de saúde mental feminina (e.g., Frderickson e Roberts, 1997). Não podemos, porém, reduzir a objetificação ao seu cariz sexual.

Afastando-se da noção de objetificação sexual, Martha Nussbaum (1995) conceptualiza este fenómeno como um aspeto integrante da vida sexual dos indivíduos. A autora parte da reflexão de Catharine MacKinnon (1989), que equipara a objetificação sexual das mulheres à própria existência feminina, como traço genderizado, que é indissociável da experiência de se “ser mulher”. Partindo de uma visão que reconhece a influência das questões de género no fenómeno da objetificação, Nussbaum (1995) elabora uma grelha de análise composta por sete conceitos basilares. A objetificação será, então, decorrente da ocorrência e/ou simultaneidade de um ou mais dos seguintes fatores:

1) Instrumentalidade

(*Instrumentality*): verifica-se quando o objetificador trata o objeto como uma ferramenta para os seus propósitos.

2) Negação de autonomia (*Denial of autonomy*): está presente quando o objeto é tratado como desprovido de autodeterminação.

3) Inércia (*Inertness*): alude à visão de que o objeto é desprovido de agência.

4) Fungibilidade (*Fungibility*): encontra-se quando o objeto é visto como passível de ser permutável com outros objetos do mesmo tipo.

5) Violabilidade (*Violability*): é identificável quando o objeto é tratado como sendo desprovido de integridade, passando a ser visto como algo que se pode partir, alterar ou invadir para proveito de terceiros.

6) Propriedade (*Ownership*): é aplicável a circunstâncias nas quais o objeto é visto como propriedade de outrem ou como passível de ser comprado e vendido.

7) Negação de Subjetividade (*Denial of subjectivity*): verifica-se quando as experiências e os sentimentos do objeto são desvalorizados e até esquecidos pelo objetificador.

Embora esta conceptualização possa encerrar uma dimensão sexualizada da objetificação, Nussbaum (1995) sublinha que este processo envolve, sobretudo, uma dissecação do ser humano, o qual deixa de ser visto como um todo

composto por particularidades e individualidades para passar a ser um instrumento que serve um fim. Na maioria das vezes, esta segmentação tem como objetivo destacar um elemento do corpo (feminino), realçando o seu cariz sexual e/ou reduzindo-o a um mero elemento de troca, ao mesmo tempo que o constrói como um aspeto caracterizador de toda uma identidade pessoal. Esta retirada da individualidade através da objetificação (ou seja, da despersonalização do indivíduo representado) traduz um exercício de poder assimétrico que sujeita o indivíduo objetificado a um estatuto inferior e o subjugua aos interesses daqueles que o observam.

“Objectification is conceived as an instrument of subjugation whereby the needs, interests, and experiences of those with less power are subordinated to those of the powerful, and this facilitates using others as means to an end” (Gruenfeld et al., 2008:111).

A objetificação encontra nos média (informativos) um meio privilegiado para a sua disseminação enquanto elemento potenciador de uma visão essencialista e da tradicional construção social de género (e.g., Heflick et al., 2011; Nogueira, 2001a, 2001b). Embora estes possuam

uma responsabilidade social na promoção da cidadania (Magalhães et al., 2012) e no estímulo de uma posição crítica e interventiva socialmente, os média tendem a reforçar o binarismo de gênero e a cristalizar relações de poder desiguais (van Zoonen, 1994), nomeadamente através das representações das mulheres que exercem cargos políticos (e.g., Cabrera, Flores e Mata, 2012; Gallagher, 2001; Gill, 2007; Martins, 2015; Santos, Cabecinhas e Cerqueira, 2015a; van Zoonen, 1994).

Quando pensamos a (re)construção social de gênero nos média à luz da teoria da objetificação (Nussbaum, 1995), verificamos que as mulheres políticas são frequentemente representadas através de papéis sociais restritivos (e.g. ligados à imagem pessoal e à esfera privada). A quebra desta ordem social e o rompimento com os papéis tradicionais instigam, não raras vezes, juízos de valor negativos acerca destas mulheres, da sua performance política e das suas competências profissionais (e.g. Heflick e Goldenberg, 2009; Heldman e Wade, 2011). Reificam-se, pois, estereótipos de gênero que fortificam discursos essencialistas e discriminatórios, fazendo com que os públicos dificilmente escapem a estas representações disseminadas pelos

meios de comunicação social (Roberts e Gettman, 2004).

As representações mediáticas das mulheres que exercem cargos políticos tendem a gerar posicionamento distintos e, por vezes, antagónicos. Se, por um lado, existem estudos que defendem que estes paradigmas representacionais podem funcionar enquanto “agente[s] de libertação (...) transmissores de novos estilos de vida e identidades” (Álvares, 2007: 105) ou como elementos potenciadores do rompimento com os papéis tradicionais de gênero, encontra-se também literatura, referida por Santos et al. (2015a), onde se ressalva que - apesar do aumento visível das mulheres nas esferas políticas - os média informativos apoiam uma mediação de gênero (Sreberny-Mohammadi e Ross, 1996; Gidengil e Everitt, 2003) que poderá afetar as percepções do público sobre a participação das mulheres na política (Santos e Amâncio, 2012; Santos, et al., 2015a; Santos et al., 2015b), reforçar a esfera política como um contexto marcadamente masculino (Ross et al., 2013), assim como representar uma ameaça ao sistema democrático (Adcock, 2010) e garantir a perpetuação de assimetrias sociais (Gallego, 2009; Ross, et al., 2013).

Impõe-se, portanto, a necessidade de inquirir, de forma mais aprofundada, as representações mediáticas das mulheres que exercem cargos políticos e os diferentes processos subjacentes, procurando contribuir idoneamente para a emergência de posicionamentos informados e que facilitem a transmissão de ideologias e valores representativos de uma maior diversidade social (Cerqueira et al., 2011).

Metodologia

Encerrando um carácter exploratório, o presente estudo visa compreender e analisar as representações mediáticas das mulheres que exercem cargos políticos (e.g., Governo de Portugal, Administração Pública e Central), bem como procura auscultar os mecanismos de objetificação acionados pelos média informativos neste processo.

O *corpus* de análise é constituído por notícias publicadas no semanário *Expresso* no período compreendido entre julho e dezembro de 2014. A escolha do referido jornal deve-se ao facto de este ser reconhecido como um *medium* que se debruça com frequência sobre temas considerados ‘*hard news*’ⁱⁱ, ou seja, assuntos relacionados com política, mercados e negócios, nacionais e

internacionais. No cômputo geral, foi recolhido um total de 467 peças noticiosas, das quais 160 estavam relacionadas com o envolvimento direto ou indireto de mulheres na política nacional e internacional. Nestas 160 peças noticiosas, foram detectadas 253 menções ou nomeações, discursivas ou visuais, a mulheres em contextos políticos.

O material recolhido foi auscultado à luz da análise temática (Braun e Clarke, 2006) através dos seguintes passos: familiarização com os dados, produção dos códigos iniciais, pesquisa de temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas, e redação do relatório. Este processo permitiu identificar, analisar e reportar padrões ou temas dentro dos dados recolhidos, criando condições para a organização e a descrição detalhada do material. Foi possível estabelecer através deste método de análise sete temas de primeira ordem, a saber: a-) presença subalterna ao masculino; b-) competência; c-) atribuição de insucessos a fatores pessoais/individuais; d-) esfera pessoal como estratégia de desvalorização; e-) exigências dos cargos; f-) visibilidade dos cargos; e g-) obrigação legal da paridade.

No sentido de proporcionar uma compreensão mais abrangente da análise realizada, iremos numa primeira fase

apresentar e exemplificar cada um dos temas identificados e, posteriormente, olharemos os dados de forma mais transversal e integrada.

Análise e Discussão

Presença subalterna ao masculino

Na primeira categoria temática, incluem-se os discursos onde a presença das mulheres aparece ligada ou subjugada a uma figura masculina, com cargo igual ou superior ao que estas desempenham. Em consonância com o paternalismo protetivo ou sexismo benevolente (Glick e Fiske, 1996), estas mulheres encontram-se subjugadas aos seus congêneres masculinos, que surgem como fundamentais nas decisões políticas. A título de exemplo, destaque-se o caso da Ministra das Finanças de Portugal à data, Maria Luís Albuquerque, a qual surge como a figura mais recorrente do fenómeno:

“.. o novo presidente da comissão está em dificuldades para cumprir a quota estabelecida para mulheres na comissão europeia e, (...), lançou para a conversa o da Ministra das Finanças, com quem, além do mais, estabeleceu uma forte relação nas reuniões do Ecofin.” (2014-07-26)

“(...) António José Seguro e António Costa candidatam-se a primeiro-ministro, acompanhados pelos seus

homens (e mulheres) de confiança (...).” (2014-08-15)

Competência

O segundo tema surge da conjugação de três subtemas que abarcam diferentes abordagens da competência das mulheres na política, a saber: a-) surpresa em relação à competência; b-) subvalorização da competência; e c-) reconhecimento da competência.

No primeiro subtema (“surpresa em relação à competência”), encontram-se os discursos que manifestam estranheza e sobressalto relativamente às capacidades demonstradas pelas mulheres políticas no exercício das suas funções:

“... a Presidente Cristina Kirchner decidiu tirar proveito político do incumprimento financeiro argentino (...) Cristina subiu alguns pontos nas sondagens como o lema ‘pátria ou abutres’”. (2014-08-09)

Depois, no segundo subtema (“subvalorização da competência”), destacam-se características não esperadas nas mulheres, aludindo-se a algum grau de surpresa no desempenho das suas funções face a uma subvalorização inicial. Recupere-se, por exemplo, um caso do contexto brasileiro:

“... o nome de Marina, no entanto, causa calafrios a certas alas do

próprio psb e aos mercados.” (2014-08-15)

Por fim, o terceiro subtema (“reconhecimento da competência”) congrega posições que consolidam a competência das mulheres. Este subtema articula-se com a surpresa descrita nos subtemas anteriores, reafirmando neste a efetiva competência das mulheres para os cargos que ocupam. Esta surge sobretudo associada a um profissionalismo que se assume mais determinante e identitário do que o seu sexo/gênero. Vejam-se, de seguida, dois exemplos:

“Marine [Le Pen] quase nem precisa de falar para recolher apoiantes e, quando se exprime, não parece falhar o alvo.” (2014-07-12)

“... os resultados, o pulso firme, a eficácia na comunicação e a imagem que passa, fazem dela (Maria Luís Albuquerque) um trunfo político.” (2014-11-08)

Atribuição de insucessos a fatores pessoais/individuais

Este tema inclui discursos relacionados com a culpabilização ou a atribuição de responsabilidade às mulheres políticas no contexto de acontecimentos controversos que envolveram o seu desempenho e o modo como foram perspectivadas as respectivas

consequências. Uma vez que são mulheres (e, na linha do pensamento sexista, consideradas incapazes ou incompetentes para o desempenho de funções no espaço público), os insucessos políticos dos seus gabinetes são, frequentemente, atribuídos às suas características individuais. As mulheres políticas tendem a surgir nas arenas mediáticas como “seres genderizados” (Ross, 2003:7), pelo que os seus fracassos são apresentados como resultado de o facto de serem mulheres, e não com uma falha na estratégia adotada.

“A abertura desta guerra ainda serve à Presidente para desviar a atenção de outro grande problema. O vice-presidente, Amado Boudou, escolhido a dedo por Kirchner, está indicado pela Justiça por corrupção e a ponto de ser indiciado também por fraude.” (2014-08-09)

“(…) já este ano, o Ministério de Paula Teixeira da Cruz investiu meio milhão de euros em vários programas de atualização que se têm mostrado, por enquanto, ineficazes.” (2014-09-13)

Esfera pessoal como estratégia de desvalorização

Na linha dos inúmeros estudos sobre a tríade género, média e política (e.g., Gallagher, 2001; Gill, 2007; van Zoonen, 1994), a quarta categoria temática

reflete claramente as estratégias de descentração da competência das mulheres. Aqui, os discursos focam a vida privada das mulheres que se encontram em lugares de destaque e de influência política. Esta tônica nos seus aspectos privados e domésticos resulta num discurso de desvalorização e descredibilização profissional através do contraste do domínio profissional com elementos considerados “femininos” ou referentes à vida privada. Veja-se, por exemplo, o extrato infra-apresentado: focando uma dimensão pessoal (i.e., usufruto do período de férias), este caso ilustra o modo como a exploração da vida pessoal e familiar das mulheres é recorrente nos média informativos e adquire mais relevância do que as suas ações e competências políticas.

“Em stand by estão duas pessoas: Maria Luís Albuquerque – que meteu duas semanas de férias, apesar da crise no BES (...).” (2014-12-13)

Exigências dos cargos

Neste quinto tema, procedemos à delimitação de dois subtemas, a saber: a-) capacidade para lidar com a exigência dos cargos; e b-) incapacidade para lidar com a exigência dos cargos. O pressuposto que antecede ambos é o questionamento

constante das capacidades das mulheres para o exercício das funções políticas no contexto nacional.

No primeiro subtema (“capacidade para lidar com a exigência dos cargos”), é destacada a capacidade das mulheres para o desempenho das responsabilidades políticas, apesar dos problemas encontrados nas estruturas que lideram ou onde se movem. Este subtema reúne discursos que certificam, de forma positiva e refletindo como adequada, a performance destas mulheres de acordo com as exigências dos cargos que ocupam (separando os maus desempenhos dos gabinetes das suas líderes). O excerto seguinte demonstra que nem todos os problemas do gabinete de Paula Teixeira da Cruz, à data Ministra da Justiça, lhe deverão ser atribuídos:

“A Ministra não foi informada”;
“Das respostas do Ministério da Justiça conclui-se que nem todos os fatos foram transmitidos à ministra, (...)” (2014-09-27)

Por outro lado, no segundo subtema (“incapacidade para lidar com a exigência dos cargos”), a apreciação surge no sentido de constatar a sua falta de preparação política para a resolução necessária dos problemas ocorridos. À semelhança de outros estudos sobre

mulheres, política e média (e.g., Santos, Cabecinhas e Cerqueira, 2015a), encontram-se aqui os discursos que contemplam uma avaliação negativa da performance das mulheres a partir de uma atribuída incapacidade que estas manifestam para lidar com a exigência dos cargos que exercem. Veja-se, por exemplo, o extrato infra: em ambas as situações, parte-se de um limiar de dificuldade inerente ao cargo para um juízo de valor sobre a (in)capacidade das mulheres para encararem os desafios da política, reforçando-se, por conseguinte, a ideia de que estas não estão à altura dos cargos que ocupam.

“(...) Alenka Bratusek, apontada por Juncker para uma vice-presidência, anunciou esta semana que se retirava da corrida, depois de o Parlamento Europeu ter deixado clara a sua oposição (à sua nomeação). Uma contestação assente no fato de Bratusek se ter autodesignado comissária, (...) e de ter tido uma prestação calamitosa na audição a que foi submetida pelos eurodeputados.” (2014-10-11)

Visibilidade dos cargos

Esta categoria temática inclui os discursos onde os cargos políticos são mais salientes do que as mulheres que os exercem, designadamente Maria Luís

Albuquerque (Ministra das Finanças), Paula Teixeira da Cruz (Ministra da Justiça), Catarina Martins (líder com João Semedo do partido Bloco de Esquerda), e Dilma Rousseff (Presidente da República do Brasil). Este tema ressalva que a presença mediática mais frequente destas mulheres se associa não ao facto de serem elas, aos seus méritos ou ao seu sexo/gênero, mas porque estas eram, à data das notícias, os rostos dos gabinetes ministeriais, de partidos ou de determinados cargos políticos. A título de exemplo, apresentamos infra um extrato onde Maria Luís Albuquerque não surge referida pelo seu cargo de ministra ou pelo facto de ser mulher, mas enquanto responsável por responder à proposta do seu gabinete (à data, o Ministério das Finanças). É-lhe dada uma visibilidade aparente, uma vez que lhe é retirada toda a agência ao representar um gabinete e não a si própria.

“Maria Luís respondeu com banho gelado à flexibilização proposta por Draghi. Mas Passos e Portas não fecham posições e esperam para ver.” (2014-10-18)

Obrigação legal da paridade

A última categoria temática reúne os discursos que abordam o processo de nomeação de comissárias/os europeias/eus

e eurodeputadas/os, bem como a relação das mulheres políticas com legisladoras/es e decisoras/es de renome. Nas peças que se dedicam a este tema, destaca-se a presença de Jean-Claude Juncker, recém-nomeado presidente da Comissão Europeia, e de Pedro Passos Coelho, então primeiro-ministro português, que fora pressionado por Jean-Claude Juncker para nomear uma mulher para comissária europeia:

“As nove mulheres de Juncker (...) Custou mas foi. Só na quinta-feira é que Jean-Claude Juncker suspirou de alívio, quando soube que o Governo belga tinha chegado a acordo (...) para designar Marianne Thyssen como comissária europeia, garantindo a presença de nove mulheres no novo colégio.” (2014-09-06)

Numa visão global, os temas identificados permitem compreender o papel dos média informativos enquanto agentes ativos na (re)construção social de gênero, uma vez que garantem através dos seus discursos a manutenção de determinadas “concepções de gênero que ajudam a definir masculinidades e feminilidades” (Veiga, 2010: 104). O semanário *Expresso* parece ter dificuldade em integrar as mulheres que exercem cargos políticos de forma inclusiva e independente de uma visão estereotipada

das expectativas de gênero. Este facto poderá constituir um entrave à necessidade (e direito) das/os leitoras/es, assim como das mulheres que atuam na esfera política, “de autonomia e de igualdade”, as quais se esperava que fossem asseguradas pelos média, já que “essa é, finalmente, a substância do espaço público” mediático (Silveirinha, 2010: 67).

De forma mais proeminente, podemos destacar que os temas que ressaltaram das peças noticiosas tendem a realçar, ainda que de um modo dissimulado, assimetrias de gênero que se prendem com a representação objetificada - sobretudo despersonalizada - das mulheres intervenientes. Representações semelhantes foram encontradas em estudos sobre figuras da política estadunidense, tais como Hillary Clinton (e.g., Brown e Gardetto, 2000) e Sarah Palin (e.g., Heldman e Wade, 2011). No caso de Hillary Clinton, as representações mediáticas enquadravam-na inicialmente num rompimento dos papéis tradicionais associados à “primeira-dama”; quando se tornou candidata às presidenciais, apareceu como uma figura superambiciosa e sedenta de poder. De modo diferenciado, no caso de Sarah Palin, a sua ligação à cultura local, a sua aparência física e a sua expressividade foram especialmente objeto

de escrutínio jornalístico. Heldman e Wade concluíram mesmo que

“(...) media fascination with her appearance - a fascination that surprised even Palin - may have heightened the candidate’s focus on herself as a sexual object, a practice that they argue “may have undermined the competency of her own performances” (Heldman e Wade, 2011: 156).

Importa também destacar o padrão de visibilidade mediática que prevalece sobre as mulheres que surgem associadas a figuras políticas masculinas. Temas como a “presença subalterna ao masculino”, a “visibilidade de cargos” e a “obrigação legal da paridade” reafirmam a desvalorização da participação efetiva das mulheres na política. As mulheres surgem, na maioria das vezes, associadas a figuras masculinas rodeadas de histórias mediáticas, ou seja, a ênfase dada a estes homens acaba por conduzir à mediatização as mulheres que lhes são associadas. Estas representações expressam a existência de um paternalismo protetor que advém, por sua vez, de um posicionamento sexista em relação às competências das mulheres que exercem cargos políticos. Não raras vezes, tais paradigmas representacionais manifestam um sexismo benevolente

(Glick e Fiske, 1996) que descentra a atenção das mulheres, redirecionado-a para uma colaboração destas com um congêneres masculino (que desempenha um papel de mentor e as sustenta como válidas). Resultados idênticos foram encontrados por Santos e colaboradoras (2015a), num estudo sobre a tríade mulheres, política e *newsmagazines*, onde mostraram que - enquanto os homens surgem como detentores de poder e agentes de influência - as mulheres tendem a aparecer como indivíduos que dependem da mentoria dos seus congêneres homens para o exercício da liderança.

A desvalorização da participação política das mulheres pode também ser descrita a partir dos “mecanismos de despersonalização” e das noções de “instrumentalidade”, “negação de autonomia”, “inércia”, “fungilidade”, “violabilidade”, “propriedade” e “negação de subjetividade”, uma vez que apresentam a rigidez e a retirada de agência que a objetificação segundo a concetualização que Nussbaum (1995) reflete. Neste sentido, as representações das mulheres com cargos políticos nos média sugerem a necessidade de uma maior vigilância e sensibilização da esfera pública. Aliás, quando nos centrámos nas questões da paridade, no sétimo tema

“obrigação legal da paridade”, foi possível compreender um claro exercício de “instrumentalidade” e “fungibilidade”. Estas mulheres são mencionadas como instrumentos para o cumprimento de um acordo legal, visto como uma obrigação, sem que seja dada ênfase ou feita qualquer referência às suas competências ou possíveis contributos para o campo político. Por conseguinte, esta tendência acaba por negar a individualidade destas mulheres, já que estas são representadas como um objeto e, corroborando Nussbaum (1995), a noção de “fungibilidade” é aplicável nestes termos, uma vez que as mulheres são tidas como um meio para atingir um fim e permutáveis “com outros objetos do mesmo tipo”, como demonstra o seguinte extrato:

“Passos tem de pôr mulheres na lista (...) o recado sobre a ‘quota feminina’ é para ser levado a sério. No fim de semana, uma comunicação oficial do gabinete de Juncker alertou para o problema.” (2014-07-12)

Refira-se ainda a ausência de comentários, declarações e opiniões expressas na amostra por parte de mulheres com políticos; apenas em raras ocasiões é permitida uma voz ativa a estas mulheres. Falar sobre mulheres sem lhes

conceder a oportunidade de ter voz nas matérias que lhes dizem respeito representa um efeito generalizado de despersonalização, tal como foi, de resto, explorado no segundo tema (“competência”). A desvalorização das mulheres políticas surge em consonância com um tratamento objetificado, “tornando-as [às pessoas objetificadas] em seres estéreis” (Goldenberg e Roberts, 2010: 71 cit. in, Heflick et al., 2011: 580) e inertes (Nussbaum, 1995).

Assim, não obstante a perpetuação da objetificação destas mulheres que exercem cargos políticos, a maioria das peças analisadas faz recair as representações sobretudo no seu papel profissional, nas suas competências e, em último caso, numa coerência individual, exemplar e episódica, mais do que numa característica transversal ao género feminino. A despersonalização visível nas peças noticiosas apresenta-se, pois, como um mecanismo de desvalorização e objetificação da imagem profissional das mulheres em contexto político. Reforça-se, portanto, a importância de considerar os “média enquanto construtores ativos da realidade social e disseminadores de uma ideologia de género, uma vez que são as representações por estes veiculadas que vão ser apropriadas pelo(s) público(s)”

(Cerqueira et al., 2014a: 177). Mais uma vez se destaca a importância de se promover uma efetiva reflexão sobre os mídia que potencie o empoderamento dos públicos no sentido de uma maior independência em relação aos conteúdos mediáticos veiculados (Kellner e Share, 2007).

Considerações finais

Neste artigo, procuramos compreender e analisar as representações mediáticas das mulheres que exercem cargos políticos, bem como auscultar os mecanismos de objetificação acionados pelos mídia informativos neste processo. A análise temática que apresentamos exigiu, por um lado, o domínio das componentes técnicas, teóricas e epistemológicas e, por outro, a desconstrução de um conjunto de temas que esteve - tanto quanto possível - isenta de juízos de valor e construções generalistas, numa conciliação necessária entre os princípios teórico-ideológicos, os objetivos acadêmicos e as convicções pessoais.

Os resultados da análise realizada no âmbito do presente estudo mostram que as mulheres com cargos políticos continuam a ser invisibilizadas nos mídia

informativos, bem como indicam a ausência de modelos que questionem as construções sociais estereotipadas, a subalternidade do “feminino” e a dominância do “masculino”. Embora se pudesse alcançar uma melhor compreensão do fenômeno e uma leitura mais concreta daqueles que podem ser os mecanismos de objetificação nos mídia sobre as mulheres que exercem cargos políticos, o presente estudo permitiu auscultar os discursos (de gênero) que permeiam as arenas mediáticas (e.g., Magalhães et al., 2012), demonstrando que - apesar do contexto específico da realidade nacional - as conclusões corroboram estudos anteriores (e.g., Heflick e Goldenberg 2009, 2010, 2011) e a literatura do domínio (e.g., Fredrickson e Roberts, 1997; Nussbaum, 1995; Papadaki, 2010). Este estudo expõe, portanto, a necessidade de se promover representações plurais e não-discriminatórias das mulheres (políticas) nos mídia informativos e, ao mesmo tempo, de reforçar perspectivas críticas de gênero junto das indústrias mediáticas a fim de desconstruir visões essencialistas que colaboram na manutenção de desigualdades sociais (Cerqueira et al., 2014b).

Deste modo, ainda que estejamos cientes de que o tecido social não evoluiu de forma imediata e espontânea, encontramos-nos num *momentum* sócio-político em que, pela primeira vez na história do país, um terço do parlamento português está ocupado por mulheres, pelo que nos parece legítimo questionar se esta maior presença impulsionará uma mudança no discurso jornalístico e constituirá um ponto de viragem na história da representação social das mulheres em Portugal. De que modo é que se pode potenciar uma maior agência e participação de mulheres no campo político-institucional? Que estratégias serão válidas na alteração dos modelos de feminilidade e masculinidade, e quais serão as suas repercussões no domínio da política-institucional? Será que as representações mediáticas androcêntricas são evidência de uma projeção não intencional das construções sociais altamente influenciadas pelo tradicional sistema patriarcal português? Será que uma mudança na representação de mulheres em contextos políticos poderá conduzir os média (informativos) para o caminho da igualdade de género? Procuraremos abrir novos trilhos de reflexão crítica em direção a um futuro

que se pretende mais inclusivo, diversificado e emancipatório.

Referências bibliográficas

Adcock, Charlotte (2010), “The Politician, the Wife, the Citizen, and Her Newspaper. Rethinking women, democracy, and media(ted) representation”, *Feminist Media Studies*, 10(2), 135-159.

Álvares, Cláudia (2007), “Os estudos de recepção como modelo multidimensional: a negociação de estereótipos de etnicidade e género”, *Caleidoscópio*, 8, 105-122.

Braun, Victoria; Clarke, Virginia (2006), “Using thematic analysis in psychology”, *Qualitative research in Psychology*, 3(2), 77-101.

Brown, Mary Ellen; Gardetto, Darlaine C. (2000), “Representing Hillary Rodham Clinton: Gender, Meaning and News Media”, in Annabelle Sreberny; Liesbet van Zoonen (eds.), *Gender, Politics and Communication*. Cresskill, New York: Hampton Press, 21-51.

Cabrera, Ana; Flores, Teresa; Mata, Maria J. (2012), “O Feminino Como “Intruso” na Política: uma Análise do Contexto

Histórico e da Representação Fotojornalística das Deputadas Portuguesas no Parlamento Paritário e nas Discussões da Lei da Paridade”, *Media & Jornalismo*, 21, 77-127.

Cerqueira, Carla (2012), Quando elas (não) são notícia: mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007), [Tese de Doutorado não publicada]. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Cerqueira, Carla; Magalhães, Sara I. ; Santos, Anabela; Cabecinhas, Rosa; Nogueira, Conceição (2014b), De outro género: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo. Braga: CECS/Lasics.

Cerqueira, Carla; Magalhães, Sara I.; Cabecinhas, Rosa (2014a), “Questões de género nas revistas generalistas de informação em Portugal: cruzamentos temáticos na *Sábado e Visão*”, *Calidoscópico*, 12(2), 168-179.

Cerqueira, Carla; Magalhães, Sara I.; Cabecinhas, Rosa; Nogueira, Conceição (2011), “As representações de género nas

revistas portuguesas de informação generalista - em busca de uma cidadania inclusiva”, in Sara Pereira (org.), *Literacia, Media e Cidadania*. Braga: CECS-UM, 209-219.

Croteau, David; Hoynes, William (2014), *Media/society: industries, images and audiences* (5^a ed.). Los Angeles: SAGE Publications.

Dworkin, Andrea (1981), *Pornography: Men possessing women*. New York: Dutton.

Fredrickson, Barbara; Roberts, Tomi-Ann (1997), “Objectification Theory: Toward understanding women’s lived experiences and mental health risks”, *Psychology of Women Quarterly*, 21, 173-206.

Gallagher, Margaret (2001), *Gender Setting: New Agendas for media monitoring and advocacy*. London/New York: Zed Books.

Gallego, Juana (2009), “Género e Representação Pública: Realidades e Desejos”, *Media & Jornalismo - Género, Media e Espaço Público*, 8 (15), 43-53.

Gidengil, Elisabeth; Everitt, Joanna (2003), "Talking tough: Gender and Reported Speech in Campaign News Coverage", *Political Communication*, 20, 209-232.

Gill, Rosalind (2007), *Gender and the media*. Cambridge: Polity Press.

Glick, Peter; Fiske, Susan (1996), "The Ambivalent Sexism Inventory. Differentiating Hostile and Benevolent Sexism", *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491-512.

Gruenfeld, Deborah; Inesi, M. Ena; Magee Joe C.; Galinsky, Adam D. (2008), "Power and the Objectification of Social Targets", *Journal of Personality and Social Psychology*, 95(1), 111-127.

Heflick, Nathan; Goldenberg, Jamie (2011), "Reply to Comments on "Sarah Palin, a Nation Object(ifi)e)s" ", *Sex Roles*, 65, 173-176.

Heflick, Nathan; Goldenberg, Jamie (2010), "Sarah Palin, a nation object(ifi)e)s: The role of appearance focus in the 2008 U. S. Presidential election", *Sex Roles*, 65, 149-155.

Heflick, Nathan; Goldenberg, Jamie (2009), "Objectifying Sarah Palin: Evidence that objectification causes women to be perceived as less competent and less fully human", *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 598-601.

Heflick, Nathan; Goldenberg, Jamie; Cooper, Douglas P.; Puvia, Elisa (2011), "From women to objects: Appearance focus, target gender, and perceptions of warmth, morality and competence", *Journal of Experimental Social Psychology*, 47, 572-581.

Heldman, Caroline; Wade, Lisa (2011), "Sexualizing Sarah Palin. The Social and Political Context of the Sexual Objectification of Female Candidates", *Sex Roles*, 65, 156-164.

Kellner, Douglas; Share, Jeff (2007), "Critical media literacy is not an option", *Learning Inquiry*, 1(1), 59-69.

Lei Orgânica nº3/2006, de 21 de Agosto, Lei da Paridade, *Diário da República*, 1ª série, nº 160, 5896 -5897.

Lehman-Wilzig, Sam N.; Seletzky, Michal (2010), "Hard news, soft news, 'general'

news: the necessity and utility of an intermediate classification”, *Journalism*, 11(1), 37-56.

MacKinnon, Catherine (1979), *Sexual harassment of working women: A case of sex discrimination*. New Haven: Yale University Press.

Magalhães, Sara I. (2011), *Como ser uma Ragazza. Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes*. [Tese de Doutoramento não publicada]. Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho.

Magalhães, Sara I.; Cerqueira, Carla; Bernardo, Mariana (2012), “Media and the (Im)permeability of Public Sphere to Gender”, in Marta Nunes da Costa (org.), *Democracia, Mass Media e Esfera Pública. Democracy, Mass Media and Public Sphere*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 35-52.

Martins, Carla (2015), *Mulheres, Liderança Política e Media*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Moradi Bonnie; Huang, Yu-Ping (2008), “Objectification theory and psychology of women: a decade of advances and future

directions”, *Psychology of Women Quarterly*, 32, 377-398.

Nogueira, Conceição (2001a), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nogueira, Conceição (2001b), “Construcionismo social, discurso e género”, *Psicologia*, XV(I), 43-65.

Nussbaum, Martha (1995), “Objectification”, *Philosophy and Public Affairs*, 24(4), 249-291.

Papadaki, Lina (2010), “What is Objectification?”, *Journal of Moral Philosophy*, 7, 16-36.

Poindexter, Paula; Harp, Dustin (2008), “The softer side of news”, in Paula Poindexter; Sharon Meraz; Amy Schmitz Weiss (org.), *Women, men and news: divided and disconnected in the news media landscape*. New York: Routledge, 95-106.

Roberts, Tomi-Ann; Gettman, Jennifer (2004), “Mere exposure: Gender differences in the negative effects of

priming a state of self-objectification”, *Sex Roles*, 51(1-2), 17-27.

Ross, Karen; Evans, Elizabeth; Harrison, Lisa; Shears, Mary; Wadia, Khursheed (2013), “The Gender of News and News of Gender: A Study of Sex, Politics, and Press Coverage of the 2010 British General Election”, *The International Journal of Press/Politics*, 18(1), 3-20.

Ross, Karen (2003), “Women Politicians and Malestream Media: a Game of Two Sides”, *Center for Advancement of Women in Politics*, 1-13.

Saguy, Tamar; Quinn, Diane M.; Dovidio, John F.; Pratto, Felicia (2010), “Interacting Like a Body: Objectification Can Lead Women to Narrow Their Presence in Social Interactions”, *Psychological Science*, 21(2), 178-182.

Santos, Anabela; Cerqueira, Carla; Cabecinhas, Rosa (2015a), “Entre a Norma e a Exceção: Assimetrias de Gênero nas Newsmagazines Portuguesas”, *Comunicação e Sociedade*, 27, 437-455.

Santos, Anabela; Cabecinhas, Rosa; Cerqueira, Carla (2015b), “Onde está o Wally? (In)visibilidades sobre mulheres e

política nas práticas de recepção jornalística”, *Observatório*, 9(1), 17-42.

Santos, Maria Helena (2008), “Trajectórias políticas das mulheres, em Portugal: Alguns dados preliminares”, *Actas do VI Congresso Português de Sociologia - Mundos sociais: Saberes e práticas, Painel Globalização, Política e Cidadania*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1-18.

Santos, Maria Helena; Amâncio, Lígia (2012), “Gênero e Política. Análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade”, *Sociologia*, 68, 79-101.

Silveirinha, Maria João (2010), “Esferas públicas, media e ação feminista”, in Maria João Silveirinha; Ana Teresa Peixinho; Clara A. Santos (eds.), *Gênero e Culturas Mediáticas*. Lisboa: Mariposa Azul, 55-76.

Silveirinha, Maria João (2004), “Representadas e Representantes: as mulheres e os media”, *Revista Media & Jornalismo, As mulheres e os media*, 5(3), 9-30.

Sreberny, Annabelle; van Zoonen, Liesbet (2000), “Gender, Politics and Communication: an Introduction”, in Annabelle Sreberny; Liesbet van Zoonen (eds.), *Gender, Politics and Communication*. Cresskill. New York: Hampton Press, 1-19.

Sreberny-Mohammadi, Annabelle; Ross, Karen (1996), “Women MPs and the Media: Representing the Body Politic”, *Parliamentary Affairs*, 49 (1), 103-115.

Tuchman, Gaye (1972), “Objectivity as a strategic ritual”, *American Journal of Sociology*, 77, 660-679.

van Zoonen, Liesbet (1994), *Feminist Media Studies*. Londres: SAGE Publications.

Veiga, Márcia (2010), “Fazendo Gênero: as implicações da cultura profissional e das rotinas produtivas nas construções simbólicas do jornalismo”, in Maria João Silveirinha; Ana Teresa Peixinho; Clara A. Santos (eds.), *Gênero e Culturas Mediáticas*. Lisboa: Mariposa Azul, 101-130.

os média continuam a contornar os discursos de parcialidade recorrendo ao politicamente correto, ainda que mantenham narrativas que perpetuam desigualdades de gênero. Estes processos desencadeiam nas mulheres que exercem cargos políticos a necessidade de se contorcer, na tentativa de serem representadas de forma mais aceite socialmente, mesmo que este facto passe (consciente e deliberadamente) pela auto-objetificação. Estes movimentos e articulações levam a que identifiquemos os contorcionismos na objectificação que exploraremos neste artigo.

ⁱⁱ De acordo com a sistematização de Lehman-Wilzig e Seletzky (2010), ‘hard news’ referem-se geralmente a notícias que envolvem tópicos relacionados com política (doméstica ou internacional), economia ou sociedade (Limor e Mann, 1997 in Lehman-Wilzig e Seletzky, 2010) com alto impacto e curta duração (apesar de, por vezes, se multiplicarem notícias complementares à inicial). Esta definição complementa a de Gaye Tuchman (1977), que destaca a relevância e o carácter de noticiabilidade da informação gerando o acompanhamento e análise da situação noticiada. Para uma discussão mais profunda, ver Poindexter e Harp (2008).

ⁱ “Contornar” e “contorcer” foram verbos que surgiram como movimentos repetidamente reclamados, quer pelos média informativos, quer pelas mulheres no domínio político. Em particular,